



MILLENNIUM
CHALLENGE CORPORATION
UNITED STATES OF AMERICA

RESUMO DA AVALIAÇÃO | MAIO DE 2024

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DO REGIME DE POSSE DA TERRA EM MOÇAMBIQUE

Os impactos positivos na administração de terras não foram sustentados ao longo do tempo

Visão Geral do Programa

A [Mozambique Compact](#) (com investimento de US\$448 milhões de Dólares Americanos da MCC entre 2008 e 2013) visava melhorar as políticas e regulamentações fundiárias, aumentar a eficiência dos serviços de administração de terras e expandir o acesso ao uso da terra através do Projecto de Acesso Seguro à Terra, no valor de US\$39 milhões de Dólares Americanos. Ao reduzir os custos associados ao registo fundiário, aumentar a segurança do regime de posse da terra e reforçar os direitos de propriedade, o projecto [visava](#) aumentar a eficiência do uso da terra, atrair investimento e aumentar a produtividade, e desenvolver os fluxos de acesso, uso e aproveitamento da terra, conduzindo, em última análise, ao aumento do valor da terra e a rendimentos mais elevados.

A Social Impact, Inc., a Cloudburst e a Duke University Devlab foram contratadas pela MCC para conduzir avaliações finais independentes de impacto e desempenho do Projecto de Serviços do Regime de Posse da Terra (Land Tenure Services Project). Para ver os resultados completos do relatório e a aprendizagem, visite as páginas: <https://evidence.mcc.gov/evaluations/index.php/catalog/143> and <https://evidence.mcc.gov/evaluations/index.php/catalog/124>.

Principais Conclusões



Administração de Terras

- > O projecto reforçou significativamente a administração e gestão de terras nas áreas relacionadas ao projecto em comparação com as áreas não relacionadas ao projecto, resultando numa maior eficiência e na redução dos períodos de transacção.
- > Contudo, o processo para obter certificação de terras continua a ser moroso, complexo e dispendioso.



Formalidade e Transacções na área de terras

- > Apesar da elevada procura de títulos de terras, os pedidos têm vindo a diminuir rumo aos valores que se verificavam antes do Compacto.
- > O projecto contribuiu para um aumento modesto nas transacções formais e na vontade de arrendar terras. No entanto, os obstáculos jurídicos e institucionais continuam a entrar as trocas comerciais na área de terras.
- > Os sistemas consuetudinários ainda influenciam a governança fundiária e moldam a percepção dos proprietários relativamente aos documentos fundiários formais.



Segurança de Posse, Investimento e Valor da Terra

- > O projecto reforçou o direito de uso e aproveitamento da terra, aumentou a segurança da posse de terra e reduziu os conflitos nas áreas urbanas. No entanto, o seu impacto nas áreas rurais foi mais limitado.
- > A avaliação não encontrou provas de que o projecto tenha resultado em aumento do investimento ou em resultados económicos associados.
- > A redução da segurança de posse da terra nas áreas rurais relacionadas ao projecto, em comparação com áreas não relacionadas ao projecto, deve-se provavelmente ao facto de nem todos os titulares de terras nas áreas do projecto terem recebido certificados de DUAT.

Perguntas de Avaliação

Estas avaliações finais de impacto e desempenho tiveram como objectivo responder a várias perguntas de avaliação, incluindo se o Projecto de Serviços do Regime de Posse da Terra:

1. O projecto manteve resultados sustentáveis?
2. O projecto mudou a eficiência da administração de terras?
3. O projecto melhorou o acesso à terra e aos mercados de terras?
4. O projecto mudou as percepções sobre a segurança do regime de posse?
5. O projecto teve impacto no investimento e no uso e aproveitamento da terra?

Conclusões detalhadas

Estas conclusões complementam os [resultados finais da avaliação](#) da componente de acesso da comunidade à terra da Actividade Específica do Local (Site-Specific Activity) publicada em 2014.

Administração de Terras

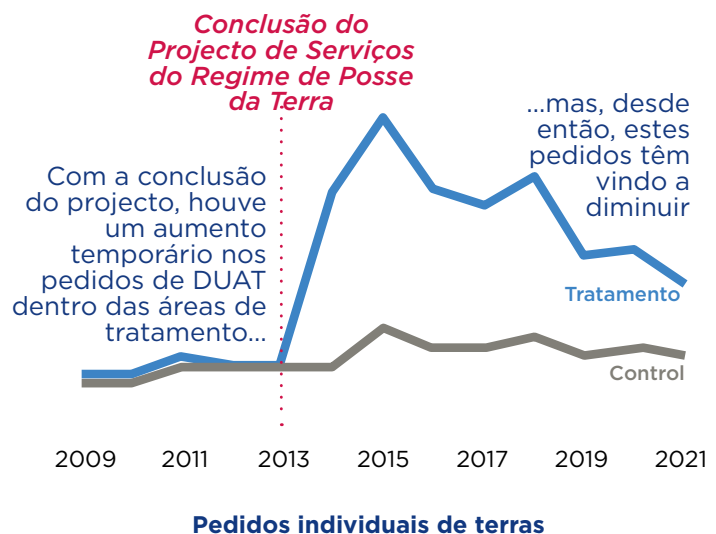
No geral, o Projecto de Acesso Seguro à Terra reforçou efectivamente a administração e gestão de terras nas áreas de tratamento em comparação com as áreas de controlo, embora alguns desafios persistam. Os requerentes sentiram melhorias na eficácia no processamento de títulos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e uma redução nos períodos de transação. No entanto, a maioria dos serviços de cadastro enfrenta desafios significativos na gestão dos registos de cadastro e a utilização do sistema de informação fundiária não tem sido sustentada. A avaliação revelou que muitos serviços fundiários têm o sistema de gestão de informações cadastrais não operacionais ou baseados em dados de apoio, exigindo uma dependência contínua de registos em papel. No geral, o processo para obter um certificado de terras continua a ser moroso, complexo e dispendioso.



Os períodos de transação permanecem, em média, superiores a 110 dias

Formalidade e Transacções na área de terras

Apesar da elevada procura de certificação do direito de uso e aproveitamento da terra, os pedidos de certificação têm vindo a diminuir progressivamente desde o seu pico durante o pacto. Mesmo nos casos em que os direitos foram formalizados, as autoridades consuetudinárias mantêm a legitimidade e continuam a desempenhar um papel crucial na governança fundiária. A falta de recursos para continuar a regularização sistemática



pós-Compacto (em que todos os talhões parcelados numa determinada área são mapeados e recebem títulos de terras), limita os poucos pedidos individuais de titulação em áreas rurais, demonstra a dependência de estruturas locais para a resolução de conflitos, e comprova que o sistema formal de administração de terras não foi totalmente estabelecido plenamente consolidado a nível comunitário. Observa-se ali um maior envolvimento com os serviços fundiários do governo e um aumento no registo de certificação individual em áreas de tratamento urbano em comparação com áreas rurais.

Segurança de Posse, Investimento e Valor da Terra

A avaliação realizada constatou que o projecto teve efeitos diferentes nas áreas urbanas e rurais. Nas áreas de tratamento urbano, registaram-se algumas melhorias na redução de conflitos, no direito de uso e aproveitamento da terra e na segurança do regime de posse em comparação com as áreas de controlo. Contudo, estas medidas não conduziram ao aumento esperado do investimento, excepto para os grandes proprietários de terras. Em vez disso, registaram-se sobretudo efeitos negativos sobre o investimento. Esta conclusão contraproducente sugere que as pessoas em áreas de tratamento podem sentir-se menos compelidas a investir na sua propriedade para justificar os seus direitos de propriedade, um fenómeno observado noutros contextos.

Os agregados familiares em tratamento urbano têm aproximadamente 8 pontos percentuais mais probabilidade do que os agregados familiares de controlo de acreditar que a CERTIFICAÇÃO AUMENTA O VALOR DAS TERRAS







Por outro lado, os agregados familiares chefiados por mulheres no âmbito do tratamento rural relatam ter entre 28 e 35 pontos percentuais mais probabilidade de SOFRER PERDA DE DIREITOS DE USO E APROVEITAMENTO OU DE ACESSO À TERRA em comparação com os agregados familiares de controlo



Nas áreas rurais, há fracos indícios de redução dos conflitos e de melhoria das percepções de segurança de posse da terra nas áreas de tratamento, mas não há provas claras de maior segurança do regime de posse para a amostra global. Especificamente para os agregados familiares chefiados por mulheres nas áreas rurais, a avaliação revelou um impacto negativo nas percepções de segurança de posse. Este facto deve-se provavelmente à certificação sistemática incompleta, que deixou os agregados familiares sem títulos menos seguros.

A avaliação revelou igualmente que o projecto melhorou os fluxos de arrendamento e aumentou a valorização dos espaços tanto nas áreas urbanas como rurais. Estes efeitos foram mais proeminentes entre os grandes proprietários urbanos. À semelhança dos resultados de outras avaliações, este facto sugere que os aumentos no valor dos terrenos não foram impulsionados pelo investimento, mas sim pela capacidade de arrendar terrenos com o fornecimento de certificação de terras e/ou de vender terrenos (embora informalmente) em contextos periurbanos que registam uma rápida urbanização e um aumento dos valores da terra.

Aprendizagem da MCC

-  A pesquisa indica que futuros projectos de reconhecimento do direito de uso e aproveitamento da terra devem antecipar desafios na conclusão de todas as etapas de formalização de terras que possam surgir após o pacto.
-  Desenvolver e operacionalizar os sistemas de informação fundiária são muitas vezes um desafio que requer o desenho do programa para incorporar flexibilidade.
-  Quando os projectos de formalização de terras não estendem os direitos formais a todos os proprietários de terras na área do projecto, a concepção do projecto deve antecipar e mitigar os potenciais efeitos colaterais negativos para os proprietários de terras na área do projecto cujas terras não foram formalizadas.
-  A formalização do direito de uso e aproveitamento da terra e as reformas de leis, procedimentos e disposições institucionais associados devem ter em conta também o papel do sistema consuetudinário.

Métodos de Avaliação

Esta avaliação aplicou métodos de natureza mista de avaliação de impacto e desempenho, utilizando diferenças com métodos de correspondência para medir o impacto. Também utilizou análises transversais, anteriores e posteriores complementadas com resultados qualitativos para a avaliação de desempenho.

A recolha primária de dados quantitativos incluiu inquéritos de painel aos agregados familiares (3.107 agregados familiares), incluindo um módulo para os decisores primários do sexo feminino (1.545 inquiridos) e inquéritos aos líderes comunitários (79 inquiridos) adicionados no final. A recolha final de dados qualitativos incluiu 103 discussões em grupos focais com líderes de aldeias e agregados familiares beneficiários, 107 entrevistas com funcionários da administração de terras e 97 entrevistas com outros intervenientes chave. É importante considerar que isto foi complementado por imagens de satélite de alta resolução, documentos de projectos e dados da administração de terras – incluindo a digitalização de aproximadamente 5.300 registos em papel.

A recolha final de dados ocorreu entre 2019 e 2023 e entre 2010 e 2014 para a linha de base. A implementação do projecto foi concluída em 2013, resultando num período de exposição que varia entre 6 e 10 anos.

